

INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS MORRINHOS
CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA

FRANCIÉLI PINHEIRO

ESTÁGIO EXTRACURRICULAR E INCLUSÃO: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES NA
FORMAÇÃO DOCENTE EM QUÍMICA

MORRINHOS - GO

2022

FRANCIÉLI PINHEIRO

ESTÁGIO EXTRACURRICULAR E INCLUSÃO: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES NA
FORMAÇÃO DOCENTE EM QUÍMICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos, como requisito à obtenção do título de Licenciada em Química.

Orientadora: Profa. Dra. Cinthia Maria Felício.

MORRINHOS - GO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos

P654e Pinheiro, Francieli.
Estágio extracurricular e inclusão: reflexões e possibilidades na
formação em Química. / Francieli Pinheiro. – Morrinhos, GO: IF Goiano,
2022.
29 f. : il. color.

Orientadora: Dra. Cinthia Maria Felicio.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal Goiano
Campus Morrinhos, Licenciatura em Química, 2022.

1. Professores - Formação. 2. Educação inclusiva. 3. Pessoas com
deficiência. I. Felicio, Cinthia Maria. II. Instituto Federal Goiano. III.
Titulo.

CDU 376.7:54

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Tese (doutorado)
Dissertação (mestrado)
Monografia (especialização)
TCC (graduação)

Artigo científico
Capítulo de livro
Livro
Trabalho apresentado em evento

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

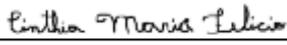
- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local

/ /
Data


Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 76/2022 - CCEG-MO/CEG-MO/DE-MO/CMPMHOS/IFGOIANO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos seis dias do mês de outubro de 2022, às 14 horas, reuniu-se, remotamente via Google Meet, a banca examinadora composta pelas seguintes membras: Ma. Aline Rodrigues Bento (pedagoga e avaliadora), Dra. Cinthia Maria Felício (docente e orientadora) e Ma. Fernanda Welter Adams (docente e avaliadora), para examinar o Trabalho de Curso (TC) intitulado "Estágio Extracurricular e Inclusão: Reflexões e Possibilidades na Formação Docente em Química" da discente Francieli Pinheiro, matrícula nº 2015104221550190, do Curso de Licenciatura em Química do IF Goiano - Campus Morrinhos. A palavra foi concedida a discente para a apresentação oral do TC, houve arguição da candidata pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela **APROVAÇÃO** da discente, com nota final igual a 9,2. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

(Assinado Eletronicamente)

Pedag. Ma. Aline Rodrigues Bento

Membro

(Assinado Eletronicamente)

Profa. Dra. Cinthia Maria Felício

Orientadora

(Assinado Eletronicamente)

Profa. Ma. Fernanda Welter Adams

Membro

AGRADECIMENTOS

A toda minha família pelo suporte durante os meus estudos.

Aos meus irmãos por terem sido sempre tão amorosos, mesmo na minha ausência foram essenciais.

Aos meus professores e professoras por ao longo de toda trajetória ensinarem e me direcionarem da melhor maneira possível. Vocês são peças fundamentais para a minha vida e de toda a humanidade.

Aos meus amigos e amigas por se fazerem presentes quando mais precisei.

A toda equipe docente e técnica do Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, pela qualidade ofertada e suporte nas atividades que desempenhei junto ao Campus.

Ao NAPNE e todo os membros por todo conhecimento e vivências adquiridas.

Aos amores e desamores que encontrei no caminho, os quais contribuíram na minha formação enquanto pessoa, mesmo que de passagem deixaram marcas que me fizeram pensar e repensar diversos aspectos e dar importância para coisas e ações até então ignoradas.

RESUMO

A formação docente é composta por um longo caminho de múltiplas atividades formativas. E neste trabalho cujo objetivos são analisar e refletir sobre as ações e experiências vivenciadas no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), bem como as implicações dessa experiência na formação docente em Química. Para isso vamos apresentar os resultados de uma pesquisa documental qualitativa, na qual são analisados aspectos relacionados às atividades desenvolvidas pelo NAPNE durante a realização de um estágio extracurricular e suas intersecções com a formação pedagógica no curso de Licenciatura em Química do IF Goiano Campus Morrinhos. O acesso à educação é garantia assegurada constitucionalmente e deve ser promovida de forma equânime e comprometida com o desenvolvimento das potencialidades inerentes a cada indivíduo, pautado nas especificidades de cada um, para isso deve ser pensado e planejado atividades educativas que compreendam as mais diversas possibilidades educacionais, profissionais e formativas. Assim, a educação especial na perspectiva inclusiva visa promover aos alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), condições para que esses sujeitos desempenhem suas funções junto a sociedade de maneira mais autônoma possível e buscar romper padrões preestabelecidos que sejam limitantes. O contato com a educação inclusiva deve fazer parte da formação docente e na Licenciatura em Química, não é diferente, o futuro professor de química precisa estar preparado para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, pois muitos alunos apresentam dificuldades com relação à abstração de diversos conceitos químicos. Assim, quando em atuação em sala de aula, certamente o professor precisará de um conhecimento mais amplo sobre metodologias de ensino e ferramentas pedagógicas para o auxiliar ao entendimento e compreensão. Consideramos relevante esse trabalho, pois ao analisarmos o currículo desse curso de licenciatura, observamos poucas unidades que dialogam com a inclusão de NEE no ensino da química, no entanto estatisticamente cada vez mais podemos perceber um aumento da demanda por educação inclusiva. As atividades de diagnóstico e o atendimento para orientação em ações individuais necessárias para solucionar dúvidas e estímulo ao estudo são muito importantes e demandam conhecimentos pedagógicos e uma formação que contemple as potencialidades do aluno, auxiliando no desenvolvimento e melhorias no aprendizado. A mediação pautada no diagnóstico e nas recomendações pedagógicas podem auxiliar ao professor na promoção de novos conhecimentos, porém é importante haver mais diálogos entre os professores que estão em sala de aula e os colaboradores do NAPNE que fazem o acompanhamento do aluno ao longo do ano letivo.

Palavras-chaves: NEE. Educação Inclusiva. Formação de Professores. NAPNE.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	7
1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVOS	12
2.1 Objetivo Geral	12
2.2. Objetivo Específico	12
3 METODOLOGIA	12
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	13
4. 1 A presença do NAPNE no IF Goiano Campus Morrinhos:.....	14
4.2 Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto Federal Goiano (2019-2023):.	16
4.3 Notas Pedagógicas:.....	16
4.4 Acompanhamento à aplicação de provas adaptadas:.....	18
4.5 Algumas discussões e reflexões na formação do futuro professor de Química	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS.....	27
ANEXOS	30
ANEXO I – Modelo de nota pedagógica usada no IF Goiano campus Morrinhos.....	30
ANEXO II – Fluxograma de atendimentos no NAPNE.....	32

1 INTRODUÇÃO

Políticas públicas destinadas às minorias (com vistas aos negros, indígenas e pessoas com necessidades educacionais específicas) vêm sendo reformuladas para a garantia de acesso educacional a grupos historicamente excluídos, renegados e marginalizados na sociedade. De acordo com Costa (2018, p. 22),

A partir da década de 1990, as políticas educacionais voltadas para os alunos da educação especial começaram a trabalhar com a proposta de transformação dos sistemas de ensino, com o objetivo de tornar o ambiente escolar universal, trabalhando para garantir a inclusão desta parcela da população que fora historicamente excluída dos espaços escolares e sociais.

Deste modo, a promoção da educação precisa avançar com o passar dos tempos, e nos últimos anos temos visto uma necessidade de mudança da postura educacional para atender as novas demandas dos alunos, sobretudo aqueles com algum tipo de necessidade educacional específica, enquanto alunos público alvo da educação inclusiva. Mantoan (2003, p. 12) salienta que diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. A autora ainda destaca, que é preciso ponderar que “aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos” (MANTOAN, 2003, p. 12). Entretanto, para isso é preciso a apresentação, vivência e convivência com outras realidades para além das padronizadas.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), sob o nº 13.146, de 6 de julho de 2015, estabelece em seu Art. 27 que a educação se constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando a estas um sistema educacional inclusivo em todos os níveis (desde a Educação Infantil até o Ensino Superior), sendo essa, uma forma destes sujeitos alcançarem o máximo desenvolvimento possível (BRASIL, 2015).

Zerbato, Vilaronga e Santos (2021), discorrem que desde a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IF em 2008 e com intuito de assegurar e promover políticas focadas na assistência estudantil e com vistas ao combate à evasão, visando o êxito estudantil, foram criados diversos núcleos específicos nos campi. Dentre eles, podemos destacar o Núcleo de Ações Afirmativas (NAAf), o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS).

O NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - IF Goiano, norteado pela Legislação e Políticas Públicas para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), foi criado com objetivo de promover um atendimento direcionado ao público alvo da Educação Inclusiva e que apresente necessidades de atendimento e de acompanhamento e envolve desde pessoas com transtornos globais do desenvolvimento (transtorno

desintegrativo da infância, síndrome de Rett, Transtorno do Espectro Autista, dentre outros), deficiências (física, motora, intelectual, visual, auditiva, sensorial, etc), superdotação/altas habilidades, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, dislexia, discalculia, dislalia, transtornos hipercinéticos e específicos das habilidades escolares, entre outros (BORGES; SOBRINHO, 2019).

Atualmente, cada campus do IF Goiano dispõe de estrutura e funcionamento próprios e todos seguem o mesmo regulamento. Quanto a definição da sua natureza e finalidade, de acordo com a Resolução do Conselho Superior do IF Goiano, nº 024/2013 de 01 de março de 2013 em seu Art. 2º “O NAPNE é um órgão de assessoramento e encontra-se ligado na Reitoria, à Pró-Reitoria de Ensino e em cada campus, diretamente à Diretoria de Ensino” (IF GOIANO, 2013).

O NAPNE tem sido criado por uma Portaria em cada campus, sendo um setor consultivo, que responde pelas atividades de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas na Rede Federal. No IF Goiano campus Morrinhos, atua uma equipe multidisciplinar de profissionais (professores, psicóloga, pedagogas, técnicos administrativos, bibliotecária, interprete de libras, entre outros), os quais buscam desenvolver atividades de assessoramento aos docentes e profissionais da educação, bem como atendimento aos estudantes. A busca e o desenvolvimento de uma educação inclusiva de qualidade vem sendo cada vez mais discutida nos espaços escolares e acadêmicos. Para isso, a atuação do NAPNE junto à comunidade educacional busca promover o desenvolvimento, pessoal, profissional, cognitivo, social e acadêmico dos alunos.

O Napne, nos IFs, desenvolve atividades que consistem em encontros, palestras formativas e parcerias com profissionais e organizações que trabalhem com inclusão social e educacional, orientações e auxílios aos campi, bem como elabora documentos que buscam assegurar os direitos dos estudantes PAEE¹ (VILARONGA; SILVA; FRANCO; RIOS, 2021, p. 287).

É muito importante para os professores/as, alunos/as e comunidade escolar, o conhecimento e difusão das informações acerca da atuação do NAPNE frente às atividades relacionadas à educação inclusiva. É importante que tanto docentes quanto a comunidade acadêmica em geral tenham acesso à formação e informações do atendimento às especificidades dos alunos assistidos na instituição, além do conhecimento dos direitos assegurados a estes e de possíveis metodologias, recursos didáticos e abordagens que possam ser desenvolvidas e adaptadas/adequadas para que os estudantes com necessidades educacionais específicas desenvolvam suas habilidades psicomotoras/sociais/científicas e educacionais ao longo do percurso escolar/acadêmico junto a Instituição.

Os componentes curriculares presentes nos cursos tanto de nível médio/técnico quanto no

¹ De acordo com os autores PAEE (publico-alvo da educação especial), já no caso do NAPNE são atendidos pessoas com necessidades educacionais específicas, atendendo assim um público bem maior.

nível superior preveem uma formação ampla e focada no desenvolvimento profissional dos estudantes. No entanto, é necessário a apresentação e participação em cenários reais, sempre que possível, para que estes se familiarizem com as vivências no futuro campo de atuação. O mesmo vale para o caso da educação inclusiva, principalmente, devido à subjetividade humana e a complexidade de cada caso que poderá vir a ser trabalhado na realidade escolar. Conforme destaca Adams (2021, p. 243), além da discussão da educação especial nas disciplinas é preciso garantir que os futuros professores vivenciem o contato com estes alunos, desenvolvendo práticas inclusivas por meio do estágio. Desta forma os licenciandos poderão ter uma bagagem maior para subsidiar ações acolhedoras e formativas em suas atividades docentes. Ainda neste sentido, o percurso de graduação de um licenciando se apresenta como um período de vivências e novas experiências formativas que podem ser enriquecidas pela orientação e discussão com profissionais mais experientes. Assim, quanto mais atividades puderem ser desenvolvidas e maior a interação com situações complexas do ambiente escolar, mais enriquecedor, abrangente e complementar será a formação deste profissional.

Os estágios curriculares e extracurriculares são momentos destinados à ampliação da visão docente, principalmente sob as diversas perspectivas de possibilidades de atuação. Nos momentos de planejamento, desenvolvimento, intervenção e atuação junto à comunidade acadêmica e escolar são desenvolvidas atividades nas quais o (a) licenciando (a) tende a ampliar sua visão e reflexões de novas possibilidades formativas, as quais possam vir a subsidiar atividades e situações futuras em seu campo de atuação. Neste aspecto, Matoso dos Santos; Lima; Giroto Júnior (2020) discorrem sobre a importância do desenvolvimento de conhecimentos específicos e pedagógicos para uma formação docente mais ampla. E ainda ressaltam a relevância de um professor que busque uma visão mais contextualizada do mundo, destacando que o profissional professor deve ser mais que um especialista.

Amorim e Gesser (2016) analisaram os documentos de cerca de oitenta cursos de licenciatura em uma universidade pública brasileira e afirmam que mesmo com acesso garantido e institucionalizado, os cursos de licenciatura carecem da ampliação de estratégias que contemplem a Educação Inclusiva em sua plenitude, mesmo sabendo que ao final da formação os profissionais encontrarão sujeitos da Educação Especial em seus campos de atuação. Outrossim, os cursos de Licenciatura em Química aos longos dos tempos têm um histórico de desenvolvimento de uma grade curricular e carga horária, em sua maioria voltada a racionalidade técnica, e em segundo plano o desenvolvimento humanístico, e de forma marginalizada as perspectivas inclusivas são apresentadas nos currículos formativos. Neste sentido Mesquita, Cardoso e Soares (2013, p. 200) destacam que:

[...] o futuro que deve orientar e conduzir nossas ações do presente, porém precisamos estar atentos às questões históricas que envolveram e envolvem o processo de construção dos projetos de formação de professores de Química no sentido de que não se repitam erros que redundem em propostas formativas defasadas e/ou inadequadas às questões atuais da

educação.

No entanto, com as reformulações documentais apresentadas nos últimos anos, nos referimos aqui aos novos projetos pedagógicos de curso, em que tem sido proposto uma mudança curricular, no sentido de que os debates sejam ampliados e que as minorias sejam melhor atendidas e contextualizadas no decorrer do processo formativo do futuro professor. Também ocorre uma falta da discussão da temática Inclusão nos cursos de licenciatura em Química, onde muitos não possuem disciplinas obrigatórias, outros possuem apenas disciplinas optativas. Alves e Mesquita (2020) destacam o quanto os currículos dos cursos de licenciatura em Química do IF Goiano têm atribuído aos cursos de licenciatura, a formação por um viés bacharelesco, e discorrem que nesses “cursos há uma supervalorização dos conhecimentos científicos em relação ao pedagógico” (ALVES; MESQUITA, 2020, p. 1423). Neste sentido, a luta pela ampliação de grupos de estudos, cursos e programas de formação destinados às vertentes inclusivas e de educação inclusiva tem sido resistência, na busca da garantia de direitos, de fala e regulamentação de suas atividades e também como forma de ampliação dos espaços de debates pedagógicos.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar as ações e contribuições da realização de um estágio extracurricular no NAPNE do Instituto Federal Campus Morrinhos.

2.2. Objetivo Específico

Detalhar as atividades desenvolvidas ao longo de um estágio extracurricular de uma licencianda em Química;

Analisar as implicações que a vivência das atividades do NAPNE propiciaram na formação docente para um ensino de ensino de química inclusivo.

3 METODOLOGIA

Este trabalho resulta de uma pesquisa bibliográfica e documental (nas quais foram feitas buscas em artigos, dissertações, teses e monografias disponíveis em periódicos, além do projeto curricular do curso de Licenciatura em Química do IF Goiano campus Morrinhos), de natureza qualitativa, na qual são analisados aspectos relacionados às atividades realizadas pelo NAPNE durante a realização de um estágio extracurricular, tangente a formação docente no curso de

Licenciatura em Química do IF Goiano Campus Morrinhos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para toda atividade social e cidadã que existe em nossa sociedade existem normas e regulamentações as quais regulam e instruem as mais diversas atividades humanas. Não obstante as áreas educacionais contam com uma extensa gama de legislações e orientações as quais alicerçam as atividades educacionais, administrativas e político-pedagógicas. Os documentos que norteiam e regulamentam as ações de educação inclusiva estão disponíveis na rede mundial de computadores (Internet), com livre acesso, e são consultadas pela equipe atuante no NAPNE, como por exemplo, as orientações formativas nas quais se baseiam as ações deliberadas e tomadas pelo Núcleo. Dentre as legislações consultadas podemos citar o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), Plano Nacional de Educação (2014-2024), além das normativas e regulamentos internos do Instituto Federal Goiano. O conhecimento e estudo de tais regulamentações deve visar não somente a atuação e o acesso dos alunos com necessidades educacionais específicas, bem como garantir que o estudante tenha autonomia de desenvolver suas atividades dentro das suas condições psicomotoras e intelectuais.

Corroborando com este trabalho a narrativa de um estágio extracurricular desenvolvido no período de 14 de março de 2019 a 17 de fevereiro de 2021, no NAPNE do Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos - GO, realizado por uma acadêmica do curso de licenciatura em Química. Cabe aqui ressaltar que a mesma foi a primeira estagiária do NAPNE. Neste período foram acompanhados em torno de 20 alunos de turmas de ensino médio e ensino superior de diversos cursos da Instituição. Dentre as necessidades educacionais atendidas destacamos TDAH, dislexia, Síndrome de Tourette, Deficiência Intelectual, entre outras. Durante o período de estágio as atividades foram desenvolvidas em um sala junto ao centro de saúde da instituição. Neste local aconteciam a elaboração das atividades, estudo e atendimento aos estudantes.

O curso de licenciatura em Química do Instituto Federal Goiano campus Morrinhos conta com uma matriz extensamente teórica e tecnicista, sendo que as disciplinas pedagógicas tem uma menor carga horária. No quesito inclusão e diversidade, a grade curricular oferta uma disciplina optativa denominada “Tecnologias Assistivas” com carga horária de 60h, a qual foi cursada pela licencianda e por meio da qual se deu o primeiro acesso com relação aos princípios da educação inclusiva. Sendo que foi a primeira vez que esta disciplina foi ofertada no curso e em que foi oportunizado uma maior discussão em torno da temática inclusão. E ao longo do curso, foi possível observar pouca adesão dos licenciados pela temática, mesmo havendo esta disciplina optativa, a

qual era preterida pelos licenciandos nas escolhas das disciplinas. No entanto, a grade curricular passou por reformulação e atualmente conta com poucas disciplinas voltadas às questões étnico raciais antes inexistentes, educação inclusiva, e de diversidade, sem expressiva modificação aos quantitativos. Tal mudança se fez necessária não somente no aspecto de adequações às legislações, como também como forma de proporcionar uma formação mais representativa, pois como bem apontam Souza, Antunes, Velanga e Rodrigues (2019)

[...] questões relacionadas à inclusão devem ser incorporadas ao currículo e problematizadas no ambiente acadêmico, oportunizando aos futuros professores conhecimentos teóricos e práticos sobre a temática e sobre eles, sua condição, e as múltiplas competências a serem desenvolvidas com foco voltado para a aprendizagem dos mesmos e seu desenvolvimento.

Somente com a ampliação das perspectivas formativas, e acesso a diferentes realidades escolares e cognitivas é que a formação de futuros educadores poderá servir para uma atuação mais adequada e que busque contemplar de forma acolhedora a todos. Além de que, a inserção de assuntos diversos tende a ampliar a capacidade de resolução de conflitos quando estes conhecimentos podem ser demandados em situações diversas seja na sala de aula ou nas atividades cotidianas.

4. 1 A presença do NAPNE no IF Goiano Campus Morrinhos:

O NAPNE é composto por uma equipe multidisciplinar, a qual juntamente com os demais membros da comunidade acadêmica/escolar buscam devolver ações e prestar assessoria aos docentes no sentido de subsidiar as atividades dos alunos com necessidades educacionais específicas. O NAPNE é um setor essencial para a instituição e também para a própria comunidade acadêmica, pois se trata de um espaço para debate, discussão, implementação e elaboração de estratégias para a inclusão e para um ambiente escolar mais acessível. É também um legítimo espaço de participação, de aprendizagem e interação; é o espaço em que os membros aprendem durante as discussões, colocando em pauta a situação dos alunos atendidos ali e com a interação entre a equipe multidisciplinar, podem surgir novas ideias para melhorias nos entendimentos, além de discussões, abordagens e novas estratégias para ações em sala de aula em cada situação específica (ROSA, 2020, p. 354). Os membros Núcleo tem atividades inerentes ao grupo e de maneira conjunta buscam intermediar as atividades escolares/acadêmicas, considerando cada NEE dos alunos atendidos por ele.

Os alunos atendidos pelo NAPNE são normalmente, encaminhados pelos professores, profissionais, pais e demais membros da comunidade escolar, assim que alguma necessidade ou dificuldade seja identificada, assim, eles podem suas necessidades educacionais contempladas com atendimento educacional especializado.

No Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, no período de realização do estágio, participavam do Núcleo: Professores (as), Técnicos Administrativos de Educação, Intérprete de

Libras, Psicóloga, Pedagogas, Bibliotecária, Estagiária, Monitores de Ensino, entre outros profissionais. Vele destacar que dois dos componentes do Núcleo eram professoras da Química, trazendo um representatividade da área para os atendimentos. No início das atividades do estágio, o Núcleo tinha como coordenadora a Psicóloga do campus, e posteriormente uma das Pedagogas da Instituição. Conforme apontam Zerbato, Vilaronga e Santos (2021, p. 320) “as orientações legais para a composição dos NAPNE’s apontam que o núcleo pode ser composto por um coordenador e uma equipe multiprofissional” os quais são denominados de “membros”. No entanto, cabe destacar que os membros do núcleo devem ser profissionais das diversas áreas que se dispõem a atuar de maneira voluntária sendo então efetivados junto ao Núcleo, após publicação de portaria. Embora todos os profissionais que atuem no NAPNE sejam qualificados, o núcleo ainda necessita da presença e atuação de um professor com formação em Educação Inclusiva junto ao campus. A presença de um profissional de Educação Inclusiva seria interessante, pois devido a formação na área inclusiva, saberia melhor orientar ações quanto as especificidades das NEE ali encontradas, de forma a contribuir com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, a partir de suas potencialidades.

Vilaronga; *et al.* (2021) discorrem sobre a falta de professores de Educação Inclusiva nos IFs, e reforçam que estes profissionais poderiam ajudar principalmente na diminuição da defasagem de aprendizado dos alunos com NEE. Estes autores apresentam que:

Na maioria dos IFs, ainda existe o questionamento sobre a falta do AEE² previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. De acordo com essa política, para garantir os direitos dos alunos nesse contexto, é obrigatória a presença da figura do professor de educação especial. Fato que faz com que muitos núcleos, mesmo com pessoas comprometidas, tenham lacunas de formação relacionadas à acessibilidade para o estudante PAEE (VILARONGA; SILVA; FRANCO; RIOS, 2021, p. 288).

No decorrer da realização do estágio foi possível acompanhar a dedicação dos profissionais na atuação junto ao NAPNE, mas é compreensível que a presença de professor com formação em educação especial para atuar diretamente como Núcleo enriqueceria as atividades. No caso do nosso estágio, o início das atividades, foi preciso um tempo para ambientação e estudo das normativas, bem como para familiarização com o funcionamento das atividades. Então foi possível entender que a cada novo ano letivo, trazia novos alunos com novas especificações, as quais demandam maiores investimentos em busca de ações educacionais mais apropriadas e que por vezes demandam recursos. Não só do ponto administrativo e pedagógico, mas do ponto de vista educacional, caso houvesse um professor diretamente voltado à educação especial poderia facilitar nas diretas das atividades com os demais membros e profissionais da equipe.

² AEE – atendimento educacional especializado

4.2 Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto Federal Goiano (2019-2023):

Durante as atividades do estágio foi feita a leitura do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Goiano para compreender a presença e atuação do NAPNE na Instituição. O PDI é um documento institucional que define a filosofia de trabalho, missão, visão e cultura, além de objetivos estratégicos e metas a serem desenvolvidas e alcançadas em um determinado prazo.

Nele também estão descritas as ações necessárias para se atingir os objetivos almejados. Almino Francisco; et al (2012, p. 84), ressaltam o PDI como “um documento estruturante do processo de planejamento institucional, desencadeando oportunidades de estudos sistemáticos no sentido de promover uma compreensão do escopo institucional a partir de ações concretas”. Nos últimos anos, o documento passou por reformulações, e tem uma abordagem sucinta quanto ao tema de Educação Inclusiva, no entanto, assegura que todos os cursos de graduação do Instituto Federal Goiano devem promover educação de qualidade em equidade de ações a todos os membros e participantes da comunidade escolar, sobretudo aos alunos independentes de suas condições.

Tal abordagem nos leva a pensar que embora tenham sido conquistados avanços nos últimos tempos, ainda precisamos de maiores investimentos na efetivação das ações da educação inclusiva, mesmo as documentais as quais muitas vezes são postas de maneira progressistas. Entretanto, a não apresentação de propostas e garantias, a exemplo do professor de educação inclusiva, nos conduz a um apagamento ou a negação da importância que o assunto requer.

4.3 Notas Pedagógicas:

Sonza; Vilaronga e Mendes (2020) discorrem sobre a constituição de Planos Educacionais Individualizados - PEI nos Institutos Federais de Educação. A elaboração e aprimoramento do documento trazem a ressalva de que os direitos à educação adequada às especificidades dos alunos com necessidades educacionais específicas estão sendo reguladas institucionalmente. Tangente a esta proposta, o Núcleo realiza reuniões para elaboração e atualização das Notas Pedagógicas, sempre que um novo aluno é encaminhado ao Núcleo, ou há alguma demanda específica que culmina em alterações no documento. No caso do Instituto Federal Goiano, as Notas pedagógicas funcionam como sendo um PEI, em anexo (ANEXO I) segue modelo de Nota pedagógica elaborada e disponibilizada na instituição. Assim, a Nota Pedagógica é um documento interno usado para comunicar aos docentes sobre os aspectos pedagógicos que devem ser observados no aluno, bem como sugere possíveis intervenções metodológicas que podem ser usadas em sala de aula, sempre deixando a critério do professor escolher a melhor conduta, no entanto, reforçando o papel de assessoramento do Núcleo. Este documento é enviado aos professores por e-mail, após elaboração e revisão pelos membros do NAPNE.

Assim, sempre que necessário os professores podem pedir auxílio ao Núcleo, geralmente nas avaliações e simulados, para buscarem identificar possibilidades de melhoria nos atendimentos aos alunos com necessidades educacionais específicas. Embora as orientações sejam de caráter consultivo e de assessoramento, o professor é papel chave no processo educacional com o aluno portador de necessidades educacionais específicas. O professor deve ter um olhar focado nas diferenças, e nos principais pontos de dificuldade que este aluno apresenta.

Neste sentido, a vivência junto ao Núcleo enquanto licencianda e considerando os aprendizados e posturas em cada atendimento, uma ação coletiva, mas que nos proporcionou autonomia na realização de atividades com os alunos, assim, vamos utilizar a primeira pessoa do plural, nós, para relatar e refletir sobre a nossa pesquisa e formação. Assim, nos atendimentos aos alunos com NEE que eram atendidos pelo núcleo, sempre buscamos estabelecer relação entre os atendimentos ao estudante e os conhecimentos aprendidos ao longo do curso de cada aluno, para que a atividade ali desenvolvida fosse contextualizada à realidade de cada estudante e assim, pudesse ser melhor compreendida. No entanto, grande parte dos estudantes que frequentavam as atividades do NAPNE eram alunos de outros cursos (Ciência da Computação, Pedagogia, Zootecnia, Agronomia, Técnico em Informática, Técnico em Alimentos, Tecnólogo em Alimentos, Técnico em Agropecuária) e não do curso de Química. Porém, foi importante pois ser apresentada a outras realidades, que demandaram uma ampliação na busca de informações de modo a contemplar a etapa de estudo dos alunos atendidos pelo Núcleo.

Os conhecimentos teóricos tendem a ter melhor assimilação quando vivenciados de modo prático, no entanto com relação a educação inclusiva foi possível perceber que as possibilidades se ampliam a cada aluno atendido, pois cada estudante traz consigo uma especificidade, além de toda uma bagagem de outras realidades escolares e de atendimentos anteriores. Nos primeiros momentos a demanda por uma ambientação e sensibilização das atividades foi importante para buscar entender qual o quadro e os aspectos mais subjetivos poderiam ser melhor explorados para conhecer melhor os conhecimentos prévios que cada aluno trazia e poder auxiliá-los conforme a necessidade de cada um.

Pensar o Ensino de Química para a Educação Especial requer uma desconstrução e ampliação da visão de ensinar e aprender, sendo o reconhecimento das pontencialidades de cada aluno muito importante para direcionar ações e desenvolver estratégias pedagógicas que possam fazer sentido para cada um e propiciar a construção de novos conhecimentos. O estudo da Química, dada a sua natureza empírica e que requer modelos explicativos para o comportamento sub microscópico da matéria, que requer toda uma linguagem simbólica, já tem como agravante o fato de que muitos alunos têm dificuldade na compreensão de temas abstratos/ microscópios. Sendo que ensinar conceitos químicos para alunos com alguma NEE, requer toda uma preparação e cuidado do professor, pois muitas vezes os alunos não poderem ter uma visão da dimensão espacial, sensorial

e de aspectos qualitativos/quantitativos. Enquanto futuros professores necessitamos buscar pelo rompimento entre a dicotomia prática e teoria, que se fez presente em todas as etapas do estágio para lidarmos melhor com a complexidade que a inclusão e o atendimento desse público exige. O conhecimento das atividades pedagógicas é um campo um pouco distante da formação teórica, onde mesmo vendo as leis e regulamentações em disciplinas específicas, o conhecimento fica distante do campo de atuação, sendo almejado somente para casos de provas seletivas. No entanto, o contato com a realidade da sala de aula requer maior sensibilidade e conhecimentos múltiplos para humanizar o atendimento e propiciar o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos atendidos pelo Núcleo.

4.4 Acompanhamento à aplicação de provas adaptadas:

Dentre as necessidades educacionais específicas atendidas no NAPNE do IF Goiano Campus Morrinhos estão: deficiência intelectual, TDAH, Dislexia, Síndrome de Tourette, entre outras. Os alunos eram do ensino médio e ensino superior do campus, pois a atuação do Núcleo contempla toda a comunidade escolar que necessita de atendimento educacional específico. No período de acompanhamento do estágio, mesmo havendo a abrangência a toda a comunidade escolar, os cursos atendidos foram Bacharelados em Agronomia, Ciência da Computação, Zootecnia, Licenciatura em Química e Pedagogia, Tecnólogo em Alimentos, e turmas de Técnico em Alimentos, Agropecuária e Informática integrados ao Ensino Médio. Dado a abrangência de diversos cursos sempre foi preciso um estudo contínuo de cada atividade a ser desenvolvida para o atendimento das necessidades educacionais de cada aluno, no entanto sempre que preciso os professores e demais profissionais foram receptivos em contribuir com a elaboração de atividades que pudessem contribuir para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos atendidos no NAPNE. No entanto, conforme já dissemos, não existia o profissional com formação para organizar e orientar os envolvidos com as atividades do núcleo.

O Decreto nº 7611/11 institui o Atendimento Educacional Especializado – AEE, no entanto o mesmo é destinado prioritariamente à educação infantil e ensino fundamental, onde os alunos que assim o necessitarem terão acompanhamento de professores especializados em Educação Especial. Porém consideramos ser esse profissional, com formação específica muito importante para o atendimento das NEE em qualquer nível de formação. O acompanhamento desse professor responsável pelo AEE, pode trabalhar com mais critérios para o atendimento dos alunos, atendidos pelo NAPNE, podendo criar condições de que este aluno trilhe um caminho de aprendizado, identificando pontos-chaves para seu aprendizado, e em caso de necessidades adaptativas ou explicações mais próximas, o professor do AEE o auxilie. No campus Morrinhos, devido não haver estes profissionais a presença de estagiária em formação e dedica em auxiliar no atendimento das necessidades e demandas do Núcleo foi um auxílio importante. O estágio ocorria de segunda a

sexta-feira na parte da manhã e era destinado a contribuir nas atividades dos alunos, para isso documentos foram elaborados e materiais foram adaptados durante o período de estágio, a exemplo do Fluxograma de atendimentos (Anexo II), que descreve os trâmites dos alunos até o atendimento no Núcleo.

Como no campus Morrinhos, a abrangência do NAPNE era com os níveis médio e superior de ensino, o AEE não tem sido desenvolvido paralelamente ao ensino do professor regente, no entanto, como forma de minimizar a distância entre o professor regente e os estudantes atendidos o Núcleo faz acompanhamento (assessoria e suporte pedagógico dentro das possibilidades disponíveis: conversa e orientação de estudos) e, quando solicitado previamente, auxílio e aplicação das provas adaptadas. Estas atividades assemelham-se às disponibilizadas em caso de provas externas, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, no qual as pessoas que possuam alguma deficiência ou limitação têm por direito assegurado a garantia de um leitor/transcritor, e provas ampliadas, conforme a necessidade indicada previamente e comprovada no momento da avaliação.

O Decreto nº 3298/99 estabelece que as Instituições de Ensino Superior devem realizar adaptações as provas e disponibilizar apoio sempre que necessário, com prévia solicitação por parte do aluno, abrangendo inclusive a concessão de tempo adicional para desenvolvimento e realização de provas de acordo com a deficiência que o mesmo possui (BRASIL, 1999). Assim, quando solicitado pelos professores ocorria a leitura e transcrição de provas adaptadas aos alunos atendidos pelo NAPNE. As atividades com adaptação de materiais devem ser desenvolvidas observando as necessidades de cada aluno, de modo a estimular que este melhore suas potencialidades dentro das atividades propostas pelos professores. A adaptação pode ser contínua e progressiva na medida com que os alunos vão evoluindo em seu aprendizado. Conforme apresenta Zanato e Gimenez (2017, p 292):

As adaptações curriculares constituem, então, uma possibilidade de atender às dificuldades específicas dos alunos, favorecendo a apropriação do conhecimento escolar e incluindo-os no processo de ensino/aprendizagem, efetivando a sua participação na programação escolar de maneira tão normal quanto possível.

Ter contato com os materiais adaptados de maneira prática dimensiona o quão importante essas ações são para os alunos da educação especial com NEE. Neste sentido, Vilela-Ribeiro e Benite (2010) destacam a importância de os professores refletirem sobre a educação inclusiva não apenas do ponto de vista de política pública instituída pelo governo, mas com a preocupação da formação de professores reflexivos e questionadores, promovendo uma formação mais humanizadora e engajada com o desenvolvimento do aluno. Os cursos de licenciatura precisam assim, buscar situações que complementem a formação dos futuros professores e estar realizando um estágio extracurricular em um núcleo que implementa e traz orientações sobre o atendimento a esses alunos pode enriquecer a formação e trazer um diferencial na formação profissional do futuro professor.

4.5 Algumas discussões e reflexões na formação do futuro professor de Química

Os primeiros cursos de licenciatura direcionados para formação de professores em Química surgiram na década de 30, Instituto de Educação de São Paulo e no Instituto de Educação do Distrito Federal, os quais valorizavam o conhecimento teórico, não havendo margem para exploração do conhecimento prático ao longo do processo formativo (MESQUITA; SOARES, 2011). “A rigor, a grande maioria dos cursos de Licenciatura nas universidades públicas continuou se constituindo como apêndices dos cursos de Bacharelado” (DIAS-DA-SILVA; MUZZETI, 2006, p. 14).

Desde então algumas mudanças vêm ocorrendo no currículo para a formação de professores e em nosso caso, daqueles que estão se formando para atuar no ensino de ciências/química, no entanto, ainda permanece uma formação tecnicista e com forte ênfase na formação teórica de conteúdos. E no geral, os cursos de Licenciatura em Química tem uma trajetória formativa, com ênfase ainda no conhecimento de conteúdo, voltados para formação técnica, e concomitante ao cumprimento dos créditos e disciplinas, existe a possibilidade, no decorrer do percurso formativo que outras atividades possam vir a ser desenvolvidas pelos licenciandos, como é o caso de Projetos de Iniciação à Docência (PIBID), Projetos de Iniciação Científica (PIBIC), Projetos de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC), Projetos de Extensão, Estágio Curriculares Obrigatórios, e Estágios extracurriculares. “Além da formatação dos cursos, os fatores sociais e econômicos influenciam na elaboração dos currículos dos cursos de licenciatura” (MESQUITA; SILVA, 2021, p. 53).

Assim, para cada tipo de atividade que o licenciando participar, ele pode desenvolver novas habilidades e isso pode resultar de alguma maneira, em contribuições formativas, podendo despertar novas afinidades e potencialidades até então pouco exploradas ou desconhecidas por não serem exploradas devidamente durante a graduação, mas que de uma forma ou outra podem ampliar o campo de atuação profissional e buscas por aprofundar a formação, se especializando ou se envolvendo como pesquisador(a). Do mesmo modo, vale ressaltar, que o desenvolvimento de atividades remuneradas contribui para a manutenção e permanência dos estudantes nos cursos, haja vista a influência econômica para continuação dos estudos, sobretudo nos cursos com grande histórico de evasão como é o caso da Licenciatura em Química.

A oportunidade da realização do estágio extracurricular surgiu quando do lançamento de um edital para seleção de estagiários bolsistas dos cursos de licenciatura. O estágio era remunerado e deveria ser realizado junto ao NAPNE do Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, com desenvolvimento de assistência e suporte aos estudantes e comunidade escolar do campus, com foco aos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Quando do lançamento do edital a possibilidade de vivenciar as atividades desenvolvidas

pelo setor despertaram minha atenção, pois somente tínhamos visto palestras e cursos sobre Educação Inclusiva, e havíamos cursado uma disciplina, chamada de “Tecnologias Assistivas”, presente na grade acadêmica como componente optativo. Inclusive, entre as disciplinas optativas presentes no curso, esta era única voltada a formação de professores, sendo as demais disciplinas optativas direcionadas a setores industriais e tecnológicos. Alves (2016, p. 275) assevera que:

A oferta de Tecnologias Assistivas demonstra que possivelmente a construção deste PPC contou com a participação de docentes das áreas pedagógicas ou da área do Ensino de Química, pois a proposta da disciplina relaciona duas áreas importantes no contexto da formação do professor de química que são as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) e Educação Inclusiva que, habitualmente, não são temas discutidos nos cursos de bacharelado.

Diante deste quadro de disciplinas disponíveis como componente optativo, o incentivo as áreas inclusivas são apresentadas ao longo do curso como coadjuvantes e até mesmo marginalizadas pelo processo formativo. Mohana (2020) destaca que a preocupação com as pessoas com necessidades educacionais específicas nos IF é um tanto quanto recente, e ressalta a importância do desenvolvimento de ações e atividades que promovam o desenvolvimento e problematização no âmbito acadêmico, visando a ampliação do conhecimento teórico/prático em sua relação com as políticas públicas relacionadas à inclusão educacional/escolar. Fato este foi evidenciado no decorrer do processo seletivo de ingresso no estágio extracurricular, pois poucos alunos (dois alunos) se inscreveram para a vaga, na qual a seleção era composta por avaliação documental e entrevista avaliativa dos candidatos, como critérios avaliativos tinha a classificação com base nos cursos e atividades de formação na área de educação inclusiva.

Quando da oportunidade de inscrição e participação neste estágio, vimos ali oportunidade de ampliar minha visão sobre o tema, podendo discutir aspectos pertinentes à Educação Inclusiva, correlacionar com a área de Química, e conhecer *in loco* a vivência de se trabalhar com esta modalidade educacional. Pois, conforme apresentam Vilela-Ribeiro e Benite (2010, p. 587):

Tão relevante quanto isso, é que o professor esteja preparado para lidar com as diferentes necessidades de aprendizagem de cada aluno, inclusive os deficientes, e o locus inicial em que ele deve adquirir esses fundamentos é a formação inicial, ou seja, seu curso de graduação. É preciso considerar a formação do professor para a educação inclusiva como parte integrante do processo de formação geral, e não como um apêndice dos seus estudos ou um complemento. Mais do que isso, é importante que o professor adquira uma visão crítica sobre o assunto, pois ele é que será o responsável pela seleção curricular nas escolas e deverá se adaptar quanto aos conteúdos, práticas avaliativas e atividades de ensino e aprendizagem (VILELA-RIBEIRO; BENITE, 2010, p. 587).

Diante dessa oportunidade que havia surgido ao longo da graduação pude conhecer aspectos até então não apresentados de forma prática, a exemplo das participações em reuniões para debater assuntos relativos à educação especial numa perspectiva inclusiva (nas quais a participação da estagiária era ativa e articulada com as diretrizes do Núcleo e a legislação pertinente, tendo voz e momentos de escuta e contribuição com o grupo presente), bem como as adaptações curriculares, os documentos exclusivos a cada aluno, certificação de terminalidade específica, notas pedagógicas,

avaliação individual das competências e habilidades de cada estudante, dentre outros documentos do setor. Assim, a vivência com diferentes realidades inclusivas reforça a relevância de que tanto os educandos tenham oportunidades de se prepararem para a vida em comunidade, mas também de os professores desenvolverem habilidades para juntos à sociedade ampliarem a promoção de igualdade de direitos e ações que considerem a todos como parte do processo de formação e desenvolvimento pessoal e social (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

A educação especial na perspectiva inclusiva espera que todos os alunos sejam incluídos na realidade escolar e acadêmica de modo que possam desenvolver plenamente as suas funções considerando as suas subjetividades. No entanto os professores e profissionais da educação também precisam estar inseridos em diferentes realidades para poderem exercer suas funções de modo a suprir e dar suporte nas necessidades educacionais desses alunos. Corroborando com Paula, Guimarães e Silva (2017, p. 854):

[...] a formação deve contemplar aspectos que habilitem o professor para atuar diante da diversidade de alunos, incluí-los respeitando as suas diferenças, e, desta forma, atender as necessidades formativas que surgem frente às demandas da Educação Inclusiva, preparando e qualificando os docentes para atuar diante desta realidade.

Nesta perspectiva, podemos refletir que enquanto licencianda em química, poderia alcançar com segurança os processos formativos e os recursos necessários para mediação da aprendizagem de cada aluno atendido pelo núcleo, mas também quanto à formação que vinha adquirindo e construindo ao longo da graduação, valorizando a pouca formação que havia recebido no curso, mas também vislumbrando como a formação recebida poderia auxiliar no desenvolvimento de atividades e materiais educativos que pudessem auxiliar como reforço das potencialidades que cada um possui. Estar responsável para auxiliar na promoção da inclusão de alunos com NEE, traz responsabilidades e reflexões importantes quanto ao papel do professor regente nesse processo de criar condições de equidade para alunos público alvo da educação inclusiva. Isso nos traz algumas considerações que são muito relevantes, pois para cada atividade que possa vir a ser elaborada, é preciso levar em consideração a importância de conhecermos o aluno atendido, suas habilidades, limitações e potencialidades; estabelecer objetivos claros para cada atividade; tornar acessível ao estudante e avaliar como este aluno vem evoluindo no decorrer das aulas, atividades e avaliações:

No caso da formação de professores para a Educação Inclusiva, as necessidades formativas estão relacionadas aos conhecimentos e saberes essenciais para incluir os alunos, independente das necessidades que estes apresentam, e que envolve modo geral: conhecer os propósitos da Educação Inclusiva, conhecer sobre a deficiência do aluno, saber realizar a flexibilização curricular; saber avaliar, conhecer aspectos políticos e históricos da Educação Inclusiva e saber trabalhar em equipe (PAULA; GUIMARÃES; SILVA, 2017, p. 855).

Além disso, analisando as etapas que antecedem o atendimento aos alunos nos foi possível perceber o quanto o planejamento educacional é importante, pois mesmo sendo um número pequeno de alunos com necessidades educacionais específicas a serem atendidos no NAPNE do campus

Morrinhos, se comparado ao quantitativo total que o professor regente precisa trabalhar na sala de aula. No caso do atendimento pelo núcleo, percebemos que a elaboração de atividades demandavam tempo extra para adaptações adequadas e que pudessem mediar o ensino para alcançar os objetivos propostos. Entretanto, vem sendo observado que:

Tem crescido o número de matrículas de alunos com deficiências e necessidades educativas especiais em escolas de ensino regular, o que demonstra a necessidade de um atendimento especializado que auxilie os alunos deste contexto no decorrer do processo de ensino-aprendizagem (SILVEIRA, 2019, p. 13).

Assim, a demanda por atendimento especializado deve ser alvo de aprimoramento constante, bem como deve ser ampliado os momentos formativos ao longo da graduação, com maior incentivo a adesão desta modalidade escolar. Vale ressaltar que a formação, realizada pelas escolas, deve objetivar um fim que vai além do trabalho, enquanto emprego e que possibilite que o aluno da Educação Especial não perca ou renuncie sua diferenciação (SANTOS, 2016). Deste modo o docente deve trazer em sua atuação o esclarecimento que estas pessoas com necessidades educacionais específicas são parte integrantes a sociedade e que precisa ser orientada e suas atividades subsidiadas ao longo da vida, não somente na vida escolar, sendo isso um direito de todos e se responsabilizar por fazer a sua parte da melhor maneira possível e inclusive buscar formação e parcerias para que assim possa atender bem seu aluno com NEE.

Para isso é preciso um olhar empático e desconstruído para não querer engessar as atividades realizadas com estes alunos (NEE), e não se frustrar quando os objetivos propostos não forem alcançados conforme a expectativa do professor. Quando alguma atividade não sair como o esperado talvez, devesse ser contemplada como uma etapa de um processo que precisa ser estudado e ajustada, e não deve ser visto como o fim do processo, mas sim um momento a se pensar como melhor as atividades, e de buscar novas alternativas de ensino. Outrossim, muitos estudantes da Educação Inclusiva têm capacidade de desenvolver suas atividades melhor do que o que o docente espera, e com uma orientação de qualidade desenvolver autonomia na busca por conhecimento e no desenvolvimento da autonomia que lhe é possível alcançar.

Vilela-Ribeiro e Vieira (2019) reiteram que não há necessidade de utilizar uma metodologia única para cada pessoa com necessidade educacional específica em sala de aula, pois cada indivíduo é único e essa atitude tornaria a escola impossível de funcionar. Entretanto, devemos buscar a melhor abordagem para cada caso, conhecer a realidade do aluno e as formas como ele pode aprender, ou seja não existe uma receita para se fazer a inclusão dos alunos com NEE.

[...] é preciso analisar criticamente de que maneira o professor de salas de aulas inclusivas precisa agir para não excluir as pessoas deficientes e nem mesmo os alunos sem deficiência, assim é importante pensar sobre estratégias para formação inicial e continuada dos profissionais. Uma das alternativas que têm sido debatidas diz respeito a uma formação profissional docente que ensine um pouco sobre as deficiências que são mais comumente encontradas nas escolas, mas não a ponto de se tornar um professor perito em deficiência. A ideia central consiste em o professor saber quais são as indicações pedagógicas mais comuns para as deficiências mais frequentes, de maneira

que saiba qual caminho deva tomar em sala de aula. É aqui também que entra o papel dos profissionais de apoio educacional especializado, que deverão atuar nas especificidades que o professor não conseguir fazê-lo (VILELA-RIBEIRO; VIEIRA, 2019, p. 35).

Para isso ao longo do desenvolvimento do estágio, sempre que possível e dentro das atividades planejadas buscamos apresentar aos alunos propostas diferenciadas de ver a educação, seja por meio de jogos, construção e leitura de gráficos, desafios, e outras atividades que pudessem alcançar os objetivos de aprendizagem que a área do conhecimento requeria para o aprendizado do estudante. Com alguns alunos foi muito nítida a aceitação e melhoria na qualidade de ensino, principalmente pelo feedback dos docentes, e por meio da melhoria das notas escolares. E sempre que uma atividade era pensada e elaborada, eram propostos objetivos, os quais foram analisados ao longo de todo atendimento com o aluno, buscando que o mesmo evoluísse em seu processo de ensino-aprendizagem.

No processo de inclusão, é necessário que os instrumentos e o conteúdo da avaliação sejam condizentes com as adaptações feitas no currículo, considerando-se as especificidades do aluno com necessidades educacionais específicas (PIMENTEL, 2019, p. 143). Assim, para cada atividade elaborada por nós e a ser desenvolvida pelo nosso aluno atendido no NAPNE, principalmente no direcionamento dado na elaboração e aplicação de atividades sempre centradas nos objetivos do curso, sem perder de vista qual a necessidade educacional que o estudante apresentava. Para isso é importante que “o professor seja formado de maneira, a saber, mobilizar seus conhecimentos, articulando-os com suas competências mediante ação e reflexão teórico-prática” (PLETSCH, 2009, p. 145).

A grande vantagem do período de realização do estágio era que o atendimento ao aluno era feito de forma individualizada, e ocorria fora do período de aulas, gerando um momento de reflexão de cada caso, podendo ser bem explorada as limitações e potencialidades do indivíduo, fato que raramente ocorre em uma sala de aula; isso nos lembra muito a ideia do AEE, pois as atividades de acompanhamento normalmente devem acontecer no contraturno das aulas. Entretanto, o processo de inclusão deve ser feito de maneira mais ampla e homogênea, não incentivando que os estudantes da educação especial sejam tirados da sala de aula para realização de suas atividades. Mas, tendo em vista a carência de profissionais de AEE na Instituição, o melhor atendimento tem sido disponibilizado aos alunos com NEE, com as ferramentas disponíveis (*softwares*, materiais adaptados, entre outros), sempre com foco em oferecer educação de qualidade. Pletsch (2009, p. 146) reitera que o docente deve constantemente buscar ter consciência do papel social da escola, buscando a interdisciplinaridade, além do conhecimento dos processos de investigação, gerenciamento do próprio desenvolvimento e comprometimento com valores estéticos, políticos e éticos inspiradores da sociedade democrática.

Assim, foi notável que em diversos momentos os docentes buscaram adaptar os conhecimentos às diversidades de cada aluno. No entanto, esta tarefa deve ser alvo de formação

continuada com vistas a melhor exploração da adaptação curricular, principalmente com questionamentos sobre os conteúdos existentes e quais objetivos se deseja atingir, com foco na realidade escolar e da turma.

Entender que existem caminhos diferenciados para a aprendizagem pode auxiliar ao professor a repensar o processo de ensino e aprendizagem e seu papel na mediação e desenvolvimento do aluno, assim é importante que esse busque novos recursos didáticos e abordagens que possa utilizar e trabalhar com toda turma. Esta atitude será possível se o docente estiver empenhado e buscando uma formação mais inclusiva e engajado no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos com embasamento em pressupostos teóricos que norteiam suas ações conforme a legislação e seus valores humanos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a vivência junto ao Núcleo enquanto licencianda nos proporcionou autonomia na realização de atividades com os alunos, pois quando em contato com os mesmos sempre buscamos estabelecer relação entre os atendimentos ao estudante e os conhecimentos aprendidos ao longo do curso. No entanto, grande parte dos estudantes que frequentavam as atividades do NAPNE eram alunos de outros cursos e não do curso de Química. Porém, foi enriquecedor, pois quando somos colocados ante a outras realidades podemos ampliar nossa visão e nos desafiar na busca de informações de modo a contemplar a etapa de estudo dos alunos atendidos pelo Núcleo.

Os conhecimentos teóricos tendem a ter melhor assimilação quando vivenciados de modo prático, no entanto com relação a complexidade do ambiente escolar, a educação especial e inclusiva trazem desafios e possibilidades que se ampliam a cada aluno atendido, pois cada estudante traz consigo uma características própria, além de toda uma bagagem de outras realidades escolares e de atendimentos anteriores. Nos primeiros momentos a demanda por uma ambientação e sensibilização das atividades foi importante para buscar entender qual o quadro e os aspectos mais subjetivos poderiam ser melhor explorados no atendimento dos alunos e como isso pode nos fazer melhores profissionais e pessoas mais empáticas e solidárias e isso é muito importante em qualquer formação profissional.

Pensar o Ensino de Química para a Educação Especial requer uma desconstrução e ampliação de estratégias e recursos didáticos, que a partir do conhecimento pedagógico de conteúdo e das potencialidades a serem exploradas em cada aluno. Sendo que no caso deste aluno apresentar alguma necessidade educacional específica, essa deve ser conhecida e planejado atividades que servam ao seu desenvolvimento cognitivo e emocional, juntos na turma regular, com os recursos que se fizerem necessários e dessa forma outros alunos também podem ser beneficiados, se o

professor considerar uma mediação que possa de fato contemplar as potencialidades e motivações de seus alunos e buscar atender de forma engajada a lei de inclusão para uma educação mais humanizada e equânime.

Sendo muito importante que o professor de química tenha uma formação consolidada tanto no conhecimento de conteúdo, quanto no conhecimento pedagógico de conteúdo e atente para os princípios e propostas de uma educação para todos, em uma perspectiva inclusiva. Desta forma a adaptação de materiais pode ser apresentada como aliada ao docente de modo a conseguir direcionar a atenção do aluno para o assunto a ser estudado, bem como reforçar o trabalho colaborativo entre professor de Química e professor de apoio, além de envolver a participação dos demais alunos da turma e um profissional para o AEE com os recursos que se fizerem necessários para cada atendimento.

E como ultima reflexão quanto a essa experiência conjunta e colaborativa, pensamos que os futuros professores, ainda enquanto licenciando precisa buscar uma formação que procure o rompimento da dicotomia prática e teoria, buscando vivenciar experiências que possam ir ao encontro da realidade escolar, pois assim poderão ter mais condições de lidar com a complexidade presente em sala de aula. O conhecimento das atividades pedagógicas ainda é um campo de certa forma negligenciado em muitos cursos, onde mesmo vendo as leis e regulamentações em disciplinas específicas, o conhecimento parece ficar distante do campo de atuação, sendo memorizado somente para casos de provas seletivas nos diversos concursos e rapidamente esquecidos após a suposta aprovação .

Pesquisas na área de Ensino de Química prospectam a proposição de materiais adaptados sobretudo visando ampliar as discussões acerca dos conceitos químicos. Assim, entendemos que a realização de estágio na área da Educação Especial para o Ensino de Química deve ser ampliada como espaços de experimentação e investigação de práticas docentes no sentido de contribuir com a formação de profissionais qualificados e promotores de uma educação mais humanizada e solidaria independente da área de conhecimento que irá atuar, além da necessidade de inclusão e ampliação de disciplinas formativas direcionadas a inclusão e desenvolvimento de todos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, F. W. Educação especial na formação inicial de professores de ciências da natureza: em foco os eventos científicos. **Revista Triângulo**, v. 14, n. 2, p. 241–261, 2021.

ALMINO FRANCISCO, T. H.; NAKAYAMA, M. K.; RAMOS, A. M.; OLIVEIRA, P. C. A contribuição do PDI nas atividades de planejamento e gestão das instituições de educação superior. **Revista GUAL**, v. 5, n. 3, p. 81-107, 2012.

ALVES, D. A. Licenciaturas em Química do IF Goiano: concepções e influências no contexto formativo. Dissertação (Mestrado em Química). Universidade Federal de Goiás. 2016. 176f.

ALVES, D. Á.; MESQUITA, N. A. S. O Contexto Formativo das Licenciaturas em Química no IF Goiano e suas Implicações na Perspectiva Profissional dos Licenciandos. **Revista Virtualde Química.**, v.12, n. 6, p. 1423 - 1440, 2020.

AMORIM, W. P.; GESSER, A. As normativas da educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos das licenciaturas na UFSC: uma análise documental. In: POKER, R. B.; MARTINS, S. E. S. O.; GIROTO, C. R. M. (Orgs.) **Educação inclusiva**: em foco a formação de professores. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2016. p. 109 – 127.

BORGES, R. L.; SOBRINHO, M. F. Caderno do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT). Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, 2019. 27f.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L9394.htm>.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm.

_____. Congresso Nacional. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Casa Civil, 2015.

_____. Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7853 e dispõe sobre a Política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, consolida normas

de proteção, e dá outras providências. Brasília – DF, 21 de dezembro de 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm.

DE PAULA, T. E., GUIMARÃES, O. M., SILVA, C. S. Necessidades Formativas de Professores de Química para a Inclusão de Alunos com Deficiência Visual. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 17, n. 3, p. 853–881, 2017.

DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F.; MUZZETI, L. R. Licenciaturas Light: resultado das lutas concorrenciais no campo universitário? **Contexto e Educação**. Ano 21, n. 75. 2006, p. 11 – 28.

MATAZO DOS SANTOS, D. R. C.; LIMA, L. P.; GIROTTO JÚNIOR, G. A formação dos professores de Química, mudanças na regulamentação e os impactos na estrutura em cursos de Licenciatura em Química. **Revista Química Nova**. v. 43, n. 7, p. 977 – 986, 2020.

MESQUITA, N. A. S.; SOARES, M. H. F. B. Aspectos históricos dos cursos de licenciatura em química no Brasil nas décadas de 1930 a 1980. **Revista Química Nova**. v. 34, n. 1, 165- 174, 2011.

MESQUITA, N. A. S.; CARDOSO, T. M. G.; SOARES, M. H. F. B. O projeto de educação instituído a partir de 1990: caminhos percorridos na formação de professores de Química no Brasil. **Revista Química Nova**. v. 36, n. 1, p. 195 – 200, 2013.

MESQUITA, N. A. S.; SILVA, K. C. M. O. Formação de professores de Química: relações entre o campo educacional, tecnológico e econômico. **Revista Debates em Educação**. v. 13, n. 2, p. 49 – 65, 2021.

MOHANA, N. Z. A. **Políticas públicas de educação inclusiva**: Desafios à escolarização profissional do público-alvo da educação especial no IF Goiano – Campus Urutaí. In.: Série Educar - Volume 23: Educação Especial e Inclusiva. Editora Poisson, 2020.

MOREIRA, C. H. B.; LIMA, A. S. Núcleo de apoio a pessoas com deficiência na educação inclusiva e seus desafios. In.: III Congresso Internacional de Educação Inclusiva - CINTEDI, 2018, Campina Grande - PB.

PIMENTEL, S. C. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 139 – 155.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Revista Educar**, n. 33, p. 143-156, 2009.

ROSA, A. H. Práticas do NAPNE para uma educação inclusiva: ações-práticas e desafios no despertar da consciência inclusiva. In.: Anais do IV Seminário Diversidade e Respeito às Diferenças – IV SEDIRD e I Encontro do Grupo de Pesquisa em Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar. v. 6, n. 1, 2021. p. 345 - 369. ISSN 2525-6580.

SANTOS, L. M. M. Interfaces entre a educação especial e a educação profissional: concepções e ações político-pedagógicas. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2016. 101f.

SONZA, A. P.; VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Os NAPNEs e o Plano Educacional Individualizado nos Institutos Federais de Educação. **Revista Educação Especial**. v. 33, p. 1- 24, 2020.

SOUZA, A. C. S. L. M.; ANTUNES, C. D.; VELANGA, C. T.; RODRIGUES, M. Entre o ensino e a extensão: a formação para a educação inclusiva do licenciado em química - um relato de experiência. **Revista Conexão UEPG**. v. 15, n. 3, p. 283-293, 2019.

SILVEIRA, G. A. V. Políticas e práticas do atendimento educacional especializado: perspectiva de uma escola estadual no município de Capinópolis-MG. In: SOUZA, V. A.; BUIATTI, V. P.(org.). **Políticas educacionais de educação especial e inclusiva**. Ituiutaba: Barlavento. p. 12 –47, 2018.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VILELA-RIBEIRO, E. B.; BENITE, A. M. C. A educação inclusiva na percepção dos professores de Química. **Ciência e Educação**. v. 16, n. 3. P. 585-594, 2010.

ZANATO, C. B.; GIMENEZ, R. Educação Inclusiva: um olhar sobre as adaptações curriculares. **Revista @ambienteeducação**. v. 10, n. 2, p. 289-303, 2017.

ZERBATO, A. P.; VILARONGA, C. A. R.; SANTOS, J. R. Atendimento educacional especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do professor de educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 27, n. 0196, p. 319 – 336, 2021.

VILARONGA, C. A. R.; SILVA, M. O.; FRANCO, A. B. M.; RIOS, G. A. Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de Pedagogia**. v. 102, n. 260, p. 283-307, 2021.

VILELA-RIBEIRO, E. B.; VIEIRA, M. A. G. A rede de apoio à educação inclusiva em Jataí- GO: limites e possibilidades. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**. v.6, n.2, p. 31-46, 2019.

ANEXOS**ANEXO I – Modelo de nota pedagógica usada no IF Goiano campus Morrinhos**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS MORRINHOS
NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

Nota Pedagógica NAPNE N° XX/2022

Morrinhos, XX de XXXX de 2022.

Assunto: Orientações referente ao(s)/à(s) Discente(s) atendido(s)/a(s) pelo NAPNE.

Senhores(as) Docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IF Goiano – Campus Morrinhos,

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) vem, por meio desta Nota, informar sobre o(s)/a(s) Discente(s) atendido(s)/a(s) até o momento e orientar sobre os procedimentos, adaptações e atendimentos a serem oferecidos a(s)/à(s) Aluno(s)/a(s). Destaca-se que estas orientações foram discutidas e elaboradas coletivamente pelo NAPNE.

Assim, segue abaixo a relação de Aluno(s)/a(s) Atendido(s)/a(s), com breve descrição de seu(s) diagnóstico(s), seguida das orientações pedagógicas a serem desenvolvidas, até que se faça necessária uma nova avaliação do(s)/a(s) referido(s) Discente(s).

Observação: salienta-se que estas orientações podem ser alteradas no decorrer do ano letivo/semestre, assentadas em observações e avaliações dos/as Docentes ou alterações em relatórios de profissionais da saúde.

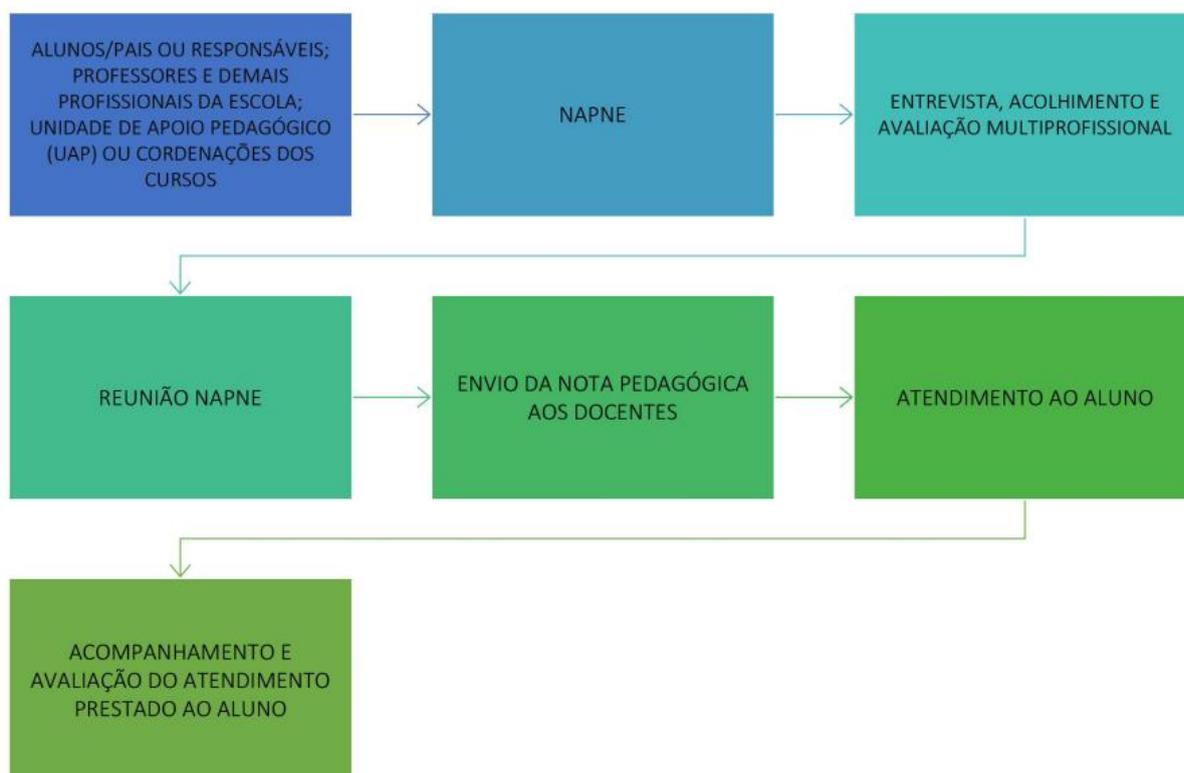
Discentes Atendidos/as pelo NAPNE				
Nome	Turma/Curso	Diagnóstico	Necessidade Educacional Específica	Orientações Pedagógicas
XXXXXX	X° Ano B/ Técnico em Informática	Traços do Espectro Autista, com traços de Auto Funcionamento - Síndrome de Asperger, associado a Transtorno de Ansiedade	Dificuldade para se concentrar, principalmente nas avaliações (movimento da sala de aula piora o quadro de ansiedade).	Realizar avaliações de algumas disciplinas na sala do NAPNE (Geografia, Português e Química).*

*Deverão ser informadas e encaminhadas, com antecedência, para a Coordenação do NAPNE.

Qualquer dúvida ou solicitação, entrar em contato com o NAPNE:
email: napne.mhos@ifgoiano.edu.br

Atenciosamente,

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE.

ANEXO II – Fluxograma de atendimentos no NAPNE**FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTOS DOS ALUNOS NO NAPNE**

FONTE: https://ifgoiano.edu.br/home/images/MHOS/Doc_Ensino/Napne/Fluxogramas-do-NAPNE.pdf